

Circulação de livros no Brasil nos séculos XVIII e XIX

Dra. Márcia Abreu - IEL / UNICAMP (Campinas - SP)

Esta comunicação pretende examinar a carência cultural brasileira no período colonial postulada por setores da historiografia e da história literária. Para tanto será examinado um dos critérios pelos quais se afere esta carência: a ausência de livrarias como reflexo do desinteresse pela ou despreparo para a leitura.

Muito já se disse sobre a carência cultural brasileira no período colonial: faltavam escolas, bibliotecas, imprensa, livrarias. Esta comunicação pretende examinar o impacto da escassez de livrarias sobre a presença e circulação de livros no Rio de Janeiro. Para tanto, serão consideradas as solicitações de autorização para envio de livros de Lisboa para o Rio de Janeiro submetidos aos diversos órgãos de censura, responsáveis pelo controle do comércio livreiro na metrópole e em suas colônias, estabelecidos pelo governo português entre 1768 e 1822¹.

Estes pedidos indicam o nome do responsável pela solicitação que, dirigindo-se à Vossa Alteza Real, declara ter necessidade de remeter livros para o Brasil ou de levá-los consigo em viagem, solicitando, portanto, a autorização da Real Mesa Censória:

""Diz o Bacharel Joze Theotonio Sedron ouvidor nomeado para a Capitania de Pernambuco que elle supplicante se acha a partir para a Corte do Rio de Janeiro, e como pertende levar consigo os livros de seu uzo, constantes da Relação junta e como não pode fazer sem despacho, portanto

Pede a V.A.R. seja servido concederlhe a licença do costume

¹ A Real Mesa Censória é instituída por ordem do Marquês de Pombal em 1768, unificando o sistema censório anteriormente dividido entre o Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço. Em 1787, D. Maria I reforma a censura, constituindo a Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros. A partir de 1821 a censura aos escritos passa a ser de responsabilidade do Desembargo do Paço e do Ordinário. Embora o controle da circulação e impressão de livros tenha sofrido estas alterações, não há modificações significativas na natureza dos documentos submetidos a apreciação. A documentação preservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo é unificada sob a designação "Real Mesa Censória".

Lisboa, 5 de dezembro de 1769²

Apresenta-se, em anexo, uma lista dos títulos para os quais se pede autorização. No caso citado acima, pode-se saber quem faz a solicitação, qual é a finalidade do envio dos livros, quais são os títulos e aproximadamente em que data foram remetidos. Infelizmente os dados não são sempre tão completos, já que a maioria dos pedidos não indica o destinatário da remessa nem a finalidade do envio. Assim, na quase totalidade dos casos sabe-se somente que livros foram enviados, em que data, para que localidade e quem os remeteu. Se estes dados nos informam sobre os livros legalmente expedidos para a colônia, resta ainda saber qual era seu destino quando aqui aportavam. Quem os recebia? Eram comercializados? Quem eram seus leitores? Embora estas questões não sejam respondidas pelos documentos em análise, a regularidade do envio e a quantidade de títulos remetidos indica a existência de um público leitor constituído no Brasil desde meados do século XVIII.

Considerando apenas obras hoje denominadas literárias - textos poéticos, ficcionais e teatrais - enviados ao Rio de Janeiro, os números são eloquentes. No período anterior à vinda da Família Real (1769 - 1807), há 201 requisições solicitando autorização para envio de livros daquela natureza, perfazendo um conjunto de 1 333 demandas de obras literárias. Naturalmente, há títulos que são objeto de vários pedidos; assim, agrupando-se as solicitações relativas a uma mesma obra, tem-se um total de 518 títulos de ficção enviados para o Rio de Janeiro. Para o período posterior (1808 - 1822), há 356 requisições que solicitam autorização para o envio de 3 154 obras literárias. Isolando-se as repetições, chega-se a 914 títulos.

O impacto da presença da Família Real e de seus acompanhantes sobre o cenário cultural pode ser pressentido apenas pela observação destes poucos números. No primeiro período, ao longo de 39 anos, chegaram ao Rio de Janeiro aproximadamente 34 obras por ano. Verificando os dados um pouco mais de perto,

² "Catálogo para Exame dos Livros para Saírem do Reino com Destino ao Brasil", Real Mesa Censória, Caixa 153, Destino Rio de Janeiro (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa)

percebe-se que um envio regular principia apenas em 1799. Anteriormente aportaram ao Rio de Janeiro 13 obras literárias em 1769, 14 em 1775, e 195 entre 1795 e 1796. Assim, entre 1799 e 1807 teríamos um envio de algo como 120 obras por ano.

Durante os quinze anos seguintes, aproximadamente 210 obras são enviadas por ano, fazendo com que a importação de livros de Portugal conhecesse um aumento da ordem de 87%. Considerando o total de livros remetidos - literários ou não -, o aumento não é tão significativo. Passa-se de 8 420 demandas para 10 483. Entretanto a proporção de obras literárias solicitadas duplica. Entre 1769 e 1807, os pedidos de obras desta natureza representam 15,8% do total, enquanto que, entre 1808 e 1822, atingem 30,08%.

Infelizmente, os solicitantes não indicam a quantidade de exemplares que desejam enviar, assim, os números acima têm valor aproximativo pois considera-se o total de referências como a quantia mínima possível - caso fosse enviado apenas um exemplar por pedido. Entretanto, encontram-se indicações no plural, como "Autos de Carlos Magno" ou "Autos de Genoveva" ou ainda "Várias comédias, tragédias, entremezes e papéis modernamente impressos em varios annos". Nos raros casos de indicação de quantidades a serem remetidas, encontram cifras bastante elevadas como "120 exemplares das Eglogas feitas a par por Antonio Joaquim de Carvalho", "1355 comedias, excertos, entremezes, eglogas" ou "240 ditos de Poesias que tem por assumpto a Nação Franceza e o seu Chefe". Quantidades tão elevadas revelam que a indicação do interesse dos colonos pela leitura poderia ser ainda mais evidente se tivéssemos acesso ao número de exemplares remetidos em todos os casos.

Estes dados permitem-nos supor que havia formas de comercialização dos livros importados, provavelmente formas alternativas à venda em livrarias pois sabe-se que, em fins do século XVIII, havia apenas duas livrarias na cidade, ampliando-se para 10 após a chegada da corte.³ Dentre os livreiros, os estudos sobre o tema destacam

³ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. "Comércio de livros e censura de ideias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)", *Ler História*, n.23, Lisboa, 1992, pp 61-78.

Paulo Martin, João Roberto Bourgeois, Manuel Jorge da Silva, Francisco Luis Saturnino Veiga, Manuel Jorge da Silva Porto, Manuel Mandillo.⁴

Desde os relatos de viajantes, a pequena quantidade de livrarias estabelecidas na cidade tem sido interpretada como indício de desinteresse pelos livros e pela leitura. Entretanto, é preciso perceber que a venda de livros não se restringia a estabelecimentos especializados neste comércio. Era prática corrente, tanto em Portugal quanto no Brasil, sua venda em lojas nas quais se comercializavam artigos tão variados quanto mapas, relógios, telas, tecidos, meias e bonés.⁵ Portanto estabelecer como critério de aferição do interesse pelos livros a existência de lojas especializadas neste comércio parece falacioso.

Se considerarmos a quantidade de livros enviados de Portugal ao Rio de Janeiro e imaginarmos que o comércio de livros só ocorresse em livrarias, seremos forçados a acreditar que a venda nas quatro ou dez lojas presentes no Rio de Janeiro era extraordinária, embora seja mais razoável pensar em possibilidades de aquisição de livros outras além da frequência a livrarias.

Uma primeira possibilidade parece ser a encomenda direta a livreiros portugueses. Os pedidos apresentados aos órgãos de censura são bastante completos no que tange aos remetentes de livros, uma vez que os solicitantes devem ser obrigatoriamente identificados. Isolando-se os responsáveis por maior número de solicitações, bem como aqueles cuja denominação permite perceber que se trata de firma comercial,⁶ percebe-se que ao menos 14 livreiros portugueses enviavam livros ao Rio de Janeiro entre 1769 e 1807, dentre os quais destacam-se Paulo Martin, Viúva Bertrand, João Francisco Rolland, João Baptista Reycend, Pedro e Jorge Rey. No período subsequente, este número cresce para 17, incluindo, além dos acima

⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1978.

⁵ CAEIRO, Francisco da Gama. *Livros e Livreiros Franceses em Lisboa nos Fins de Setecentos e no Primeiro Quartel do Século XIX*, Separata do boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra, vol. 35, 1980

⁶ Importa esclarecer que a designação "livreiro", até o início do século XIX, pode recobrir tanto as atividades de venda, quanto de edição e impressão de livros.

mencionados, Borel, Borel e Cia, João Henriques, Luiz Cipriano Rebello e Filho, Jozé Joaquim de Carvalho e Cia, Manoel José Moreira Pinto Baptista e as viúvas Lima Viana e Guerra e Sobrinho. Além destes, importa destacar a presença de nomes como João Gomes de Oliveira (responsável por 54 pedidos de envio de obras literárias a partir de 1808), Bernardo Ribeiro de Carvalho Braga (15 pedidos no mesmo período), ou Leandro dos Reis Carril (14 pedidos entre 1769 e 1807) que não constam como vendedores de livros em nenhum dos arrolamentos portugueses ou em estudos sobre comércio livreiro em Portugal e no Brasil.⁷ Vê-se assim que restringir o comércio livreiro às livrarias estabelecidas tanto no Brasil quanto em Portugal reduz as possibilidades de análise da circulação e aquisição de livros.

Por falta de informações sobre a venda de livros realizada por pessoas externas ao comércio regular, vamos nos ater aos livreiros portugueses e em sua relação com o público do Rio de Janeiro. Eles são responsáveis por centenas de pedidos, tendo enviado para o Rio de Janeiro milhares de obras, mesmo sem casa comercial na cidade. Entre 1769 e 1822, considerando-se somente a cidade do Rio de Janeiro, registram-se 557 pedidos de licença para envio de obras literárias e a remessa de, no mínimo, 5.500 livros.⁸

Tome-se como exemplo o caso de Paulo Martin, livreiro estabelecido em Lisboa, com filial no Rio de Janeiro, a partir de 1799. Ele é responsável por 71 pedidos de autorização e pelo envio de 885 obras literárias. Estes dados permitem aquilatar o volume das vendas de sua livraria no Rio de Janeiro e perceber que o negócio livreiro no Brasil colonial não era tão inconsistente como se supõe. Compare-se sua situação

⁷ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*, São Paulo, EDUSP, 1985; GUEDES, Fernando. *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para sua história (século XVIII - XIX)*, Lisboa, Verbo, 1987; LOUREIRO, Olímpia. *O Livro e a Leitura no Porto no Século XVIII*, Porto, Editora do Porto, 1994; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Livro e Sociedade no Rio de Janeiro" (1808-1821), in: *Revista de História*, n. 94, 1973; GAMA, Angela Barcelos da. "Livreiros, Editores e Impressores em Lisboa no século XVIII", in *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano XIII, Atlântida, Coimbra, 1967-68, n.º 49-52; MATOS, Marina M. Freitas de. "Impressores, editores e livreiros no Porto do século XV ao século XVIII." , in *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano XVI, Atlântida, Coimbra, 1970, n.º 61-62.; PIWNIK, Marie Hélène. "Libraires Français et Espagnols à Lisbonne au XVIIIe. Siècle", in *Livres et Libraires en Espagne et au Portugal (XVIe. -XXe siècles)*, Paris, Ed. C.N.R.S., 1989

⁸ Insisto em indicar que o corpus considerado contempla apenas textos poéticos, ficcionais e dramáticos, não incluindo obras científicas, religiosas etc., o que ampliaria grandemente os números.

com a da Viúva Bertrand, livreira em Lisboa, sem casa comercial no Rio de Janeiro, responsável por 29 pedidos de autorização e pelo envio de 194 textos literários. Percebe-se que o estabelecimento de uma livraria favorecia os negócios, já que a quantidade de obras enviadas por Paulo Martin é quase cinco vezes superior à remetida por Bertrand. Nota-se, entretanto, que livreiros não estabelecidos na colônia atuavam regularmente no comércio livreiro local, abrindo aos colonos a possibilidade de recorrerem a outros comerciantes além daqueles radicados no Brasil.

Esta possibilidade era alardeada pelos livreiros lusitanos que, em seus Catálogos, ofereciam-se para a remeter livros para fora de Portugal. Uma das casas comerciais a publicar regularmente "advertências" desta natureza é justamente a da Viúva Bertrand, responsável pelo envio regular de livros para o Brasil:

"Além dos sobreditos, se acha também na mesma loja por preços muito accomodados hum copiosíssimo sortimento de livros em todas as Línguas, Artes e Faculdades. Os mesmos mercadores de livros apromptão todas as encomendas de livros para dentro do continente do Reino, e suas Conquistas; e mandão vir todos quantos se lhes encommendão dos Países Estrangeiros, donde acabão de receber hum copioso sortimento em todas as diferentes classes, etc." ⁹

Possivelmente, havia também formas de cooperação entre os livreiros a fim de ampliar o número de possíveis compradores. Francisco Rolland, livreiro e impressor português, sem casa comercial no Rio de Janeiro, apresentou 41 pedidos para remessa de livros. Talvez a explicação para o destino das obras enviadas encontre-se em um de seus *Catálogos*, impressos em 1814:

⁹ *Catálogo de Alguns Livros Portugueses que a Viúva Bertrand e filhos, mercadores de livros, mandarão imprimir por sua conta, ou tem edições e se vendem na sua loja, na rua direita das portas de Santa Catharina junto à Igreja de Nossa Senhora dos Martyres e acima do Xiado em Lisboa, 1791. Este é o mais antigo catálogo conservado; a advertência se mantém nos anos seguintes.*

"Vendem-se também nas lojas da Impressão Régia, na Praça do Commercio. de Marques, na rua da Prata nº 227. de Paulo Jozé Oliveira, ao Chiado, num 6. de Paiva e Filho, no Porto. de Pedro Francisco Emery, no Porto. De Paulo Martin, no Rio de Janeiro. de Carvalho, aos Martyres. de Manoel Antonio da Silva Serva, na Bahia."

Considerando-se o conjunto de mercadores e de particulares em comércio regular com o Rio de Janeiro, apresentado acima, vê-se que a escassez de casas estabelecidas na cidade não representava um obstáculo à aquisição de livros, encomendados diretamente de Portugal. Estudos do prof. Gama Caeiro, analisando o livro de contas da livraria Rolland, oferecem interessantes indícios sobre o comércio com a colônia. O livreiro recebia sacas de café, arroz, açúcar e peças de couro como pagamento dos livros enviados ao Rio de Janeiro. As quantidades de mercadorias trocadas fazem-nos pensar que estes artigos seriam comercializados em Portugal enquanto os livros eram vendidos no Brasil. Dentre os clientes de Rolland no Rio de Janeiro, Caeiro cita o capitão António Luis Fernandes, "comerciante de grosso trato", que em carta de 1795 solicita o envio de obras religiosas e "livros fora do comum":

"Se V. Mercê quizer mandar-me por sua conta hum sortimento de livros ... não deixará de fazer-lhe boa conta, e se o fizer cuida que não se arrependerá"

Pode-se pensar também que estes mesmos comerciantes conheciam formas de venda alternativas ao estabelecimento de uma livraria, como, por exemplo, a contratação de intermediários, prática corrente mesmo em países europeus. Marie-Hélène Piwnik, em estudo sobre livreiros franceses e espanhóis em Lisboa, apresenta o caso de Francisco Manuel de Mena, mercador de livros espanhol, que, ao invés de estabelecer uma filial lisboeta, contentou-se com efetuar viagens de negócios à capital portuguesa e de lá contratar dois "mancebos" encarregados de vender suas obras.¹⁰

¹⁰ PIWNIK, Marie Hélène. "Libraires Français et Espagnols à Lisbonne au XVIIIe. Siècle", in *Livres et Libraires en Espagne et au Portugal (XVIe. -XXe siècles)*, Paris, Ed. C.N.R.S., 1989, pág. 90.

Há indícios, no caso brasileiro, de prática semelhante, conforme relata Maria Beatriz Nizza da Silva. Segundo a autora, a distribuição e venda de livros, principalmente dos importados de Lisboa, eram feitas seja pelos próprios autores seja por conhecidos ou amigos dos editores. O funcionário público Luís Joaquim dos Santos Marrocos, por exemplo, relata em suas cartas que, por duas vezes, incumbiu-se de distribuir e vender publicações portuguesas, contratando intermediários. A experiência foi mal sucedida, segundo ele, pela negligência e falta de habilidade das pessoas que ele agenciara:

"se eu tivesse aqui pessoa capaz e desembaraçada para solicitar subscritores, estou certo que se granjeariam mais de 500 ou 600, e todos pessoas graudas, o que faria aumentar o crédito da obra (...) eu não o posso fazer pessoalmente, pois nem tenho jeito nem tempo para isso, e além de me não ser isso decente nas circunstâncias em que me acho, não tenho olhos para ver arreganhar os dentes a uns, e torcer o nariz a outros." 11

Vemos aqui uma dupla intermediação: livreiros portugueses remetiam obras para Marrocos que agenciava pessoas capazes de fazer sua distribuição pela venda direta nas casas. Sistema semelhante de venda ambulante de livros é relatado por Thomas Ewbank, viajante inglês, em visita ao Rio de Janeiro em 1844:

"Escravos de ambos os sexos apregoam suas mercadorias em todas as ruas (...) Sapatos, bonés enfeitados, jóias de fantasia, livros infantis, novelas para jovens e obras de devoção para os devotos, "A Arte de Dançar" para os desajeitados, "Escola de Bem Vestir" para os moços, "Manual de Polidez" para os rústicos, "O Oráculo das Senhoritas", "A Linguagem das Flores", "Santas Relíquias", "Milagres dos Santos" e

¹¹ Carta 155 das "Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821" apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Livro e Sociedade no Rio de Janeiro" (1808-1821), in: *Revista de História*, n. 94, 1973, p. 453

"Um Sermão em Honra de Baco" - tais coisas e milhares de outras são, diariamente, apregoadas pelas ruas. (...) Um desses mercadores, dono de estoque estranhamente diversificado, chamado a atravessar o portão e passar ao jardim diante da casa, trazia consigo pentes, sabões, agulhas, perfumes, tintas, penas, linha, graxa de sapatos, livros, papéis, lápis, fósforo, cobertas de chá de porcelana inglesa, cordas de fino metal, e não sei que mais, de tal modo estava abarrotado seu mostruário." ¹²

Percebe-se que para a compreensão das possibilidades de contato com livros no Brasil colonial é preciso valer-se um conjunto de elementos mais amplo do que a existência ou não de livrarias estabelecidas. Os moradores do Rio de Janeiro no período colonial tinham várias possibilidades para aquisição de livros: comprá-los em uma das livrarias estabelecidas na cidade ou de vendedores ambulantes, adquiri-los de um livreiro português ou ainda encomendá-los a algum conhecido que se encarregasse do pedido de autorização e da remessa.

A lucratividade do comércio com as colônias talvez esteja na base da tentativa empreendida por livreiros portugueses, em 1799, no sentido de impedir que os filhos de Paulo Martin e de Francisco Rolland pudessem fixar casa comercial no Brasil alegando que esses comerciantes estrangeiros prejudicavam seus negócios em Portugal, o que seria agravado se pudessem "estabelecer duas casas de comércio de livros na cidade do Rio de Janeiro, pretextando pelos nomes de seus filhos nascidos no reino ou naturalizados nele".¹³ Houvesse aqui o propalado desinteresse pela leitura não haveria motivos para que os livreiros portugueses se inquietassem com a abertura de livrarias fadadas ao insucesso.

A demanda por livros torna-se ainda mais eloqüente se considerarmos que, a partir de 1808, torna-se possível importar bens de outras localidades que não Portugal,

¹² EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*, Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1973. Vol. 1, p. 99, 100.

¹³ apud NEVES, Lúcia Maria Bastos P. "Comércio de livros e censura de ideias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)", *Ler História*, n.23, Lisboa, 1992, pp 61-78.

em função da abertura dos portos e que, no mesmo ano, começam as atividades da Imprensa Régia que imprime 250 obras literárias até 1822.

Os dados apresentados acima revelam uma considerável procura por livros no Rio de Janeiro, o que contradiz a representação do brasileiro como desinteressado pela (ou despreparado para a) leitura. A construção desta imagem parece inaugurar-se com os relatos e iconografias produzidos por viajantes estrangeiros, que, ao tratar de assuntos de natureza cultural, insistem na caracterização das faltas e carências do mundo colonial. A contradição entre a imagem delineada e os indícios da presença do livro na colônia talvez se explique por um conjunto de pressuposições que dirigem o olhar do estrangeiro frente ao Novo Mundo. Os viajantes, de certa forma, fundam uma concepção cultural do Brasil, que tem continuidade na voz de escritores e intelectuais brasileiros, reforçando a imagem de um país sem leitores.